



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** O presente Termo de Referência tem como objetivo a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS VETERINÁRIOS PARA ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA (OVARIOSSALPINGO-HISTERECTOMIA E ORQUIECTOMIA) DE CÃES E GATOS, COM MICROCHIPAGEM, AVALIAÇÃO CLÍNICA PRÉ-OPERATÓRIA, FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS, PIJAMA CIRÚRGICO, ATENDIMENTO PÓS-OPERATÓRIO, REGISTRO DOS ANIMAIS NO SISTEMA SINPATINHAS E DEMAIS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE POPULACIONAL ANIMAL, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.

**1.2.** Da Especificação do objeto:

**1.2.1.** As especificações dos itens constantes no quadro de quantidades abaixo, deverão ser respeitadas seguindo estritamente sua descrição:

Item	Especificação do item/serviço	Quantidade estimada	Unidade	Valor unitário	Valor total
01	Castrações de Cães Incluindo medicação pós-operatório (Antibiótico + Antiinflamatório para 5 dias) e roupinha cirúrgica. (Quantidade estimada: 350 fêmeas e 233 machos)	583	Procedimento	R\$ 340,11	R\$198.284,13
02	Castrações de Felinos Incluindo medicação pós-operatório (Antibiótico + Antiinflamatório para 5 dias) e roupinha cirúrgica. (Quantidade estimada: 474 fêmeas e 315 machos)	789	Procedimento	R\$320,11	R\$252.566,79
03	Microchipagem	1372	Procedimento	R\$ 54,45	R\$74.705,40
VALOR TOTAL				R\$525.556,32	
Nota: Para fins de medição, cada procedimento corresponde à execução integral da descrição constante deste item.					



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**1.3.** A execução dos serviços ocorrerá no Município de Santo Amaro da Imperatriz, em unidade móvel regularizada (castramóvel/Castrabus ou equivalente) ou em clínica/estrutura física instalada no território municipal, própria, filial, conveniada ou formalmente parceira da contratada, observadas as exigências sanitárias, profissionais e operacionais previstas neste Termo de Referência.

**1.4.** Os serviços contratados contemplam consulta e exames clínicos prévios necessários para a esterilização, microchipagem e o fornecimento de todos os demais equipamentos e insumos necessários, incluindo orientação pré, trans e pós cirúrgica.

**1.5.** A motivação da contratação, com a respectiva análise técnica e demonstrativo de viabilidade, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento integrante do processo e apensado ao presente Termo de Referência.

**1.6.** Prazo de vigência da contratação será de **12 meses** a partir da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado conforme previsto na Lei 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A fundamentação da contratação está de acordo com os termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e decreto municipal nº 8.519/2023.

**2.2.** A presente contratação encontra amparo nos arts. 196, 225 e 30, I e II da Constituição Federal, que atribuem ao Poder Público o dever de proteção à saúde, à fauna e ao meio ambiente, bem como competência para tratar de assuntos de interesse local.

**2.3.** Lei nº 9.605/1998, que prevê sanções para maus-tratos e abandono de animais, reforçando a necessidade de políticas públicas de controle populacional.

**2.4.** Demais fundamentação da presente contratação encontra-se devidamente pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento que constitui apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A realização do procedimento ocorrerá por LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, sem prejuízo da medição e pagamento conforme procedimentos efetivamente executados e atestados.

**3.2.** A adoção do menor preço global mostra-se a mais vantajosa para a Administração, considerando que o objeto compreende fluxo integrado de atendimento: avaliação clínica pré-



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

operatória, castração, microchipagem, fornecimento de medicamentos, pijama cirúrgico, orientações, atendimento pós-operatório, registro no SinPatinhas e emissão de relatórios individualizados.

**3.3.** Embora os serviços possam ser individualmente identificados para fins de medição, sua execução técnica é interdependente. O parcelamento por itens ou por prestadores distintos poderia fragmentar a responsabilidade técnica, dificultar o atendimento de intercorrências, comprometer a rastreabilidade dos animais e elevar o custo de fiscalização.

**3.4.** Não será permitida a participação de CONSÓRCIOS, pois o objeto não apresenta complexidade ou vulto que exija associação empresarial para sua execução, havendo mercado potencialmente apto a prestar o serviço. A vedação busca assegurar responsabilidade única pela execução, registros, insumos, equipe técnica, atendimento pós-operatório e eventuais correções.

**3.5.** Não será permitida a SUBCONTRATAÇÃO total ou parcial do objeto principal, admitindo-se apenas serviços acessórios indispensáveis à execução contratual, desde que previamente autorizados pela Administração e sem transferência da responsabilidade técnica da contratada.

**3.6.** Nos termos da Lei Municipal nº 3.019/2023, será dado tratamento favorecido para contratações com empresa ME/EPP LOCAL E REGIONAL, sequencialmente, quando preenchidos os requisitos legais, sem prejuízo da ampla competitividade e das regras do edital.

#### **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**4.1.** O objeto consiste na prestação de serviços veterinários para execução de cirurgias de castração de cães e gatos, implantação de microchip, destinados ao controle populacional de animais no Município de Santo Amaro da Imperatriz, conforme recomendações técnicas e programas oficiais.

**4.2.** A execução ocorrerá em ciclos mensais ou bimestrais, conforme cronograma definido pela Administração, com quantitativo global estimado de até 1.372 (mil trezentos e setenta e duas) castrações, até 1.372 (mil trezentos e setenta e duas) implantações de microchip ao longo da vigência contratual.

**4.3.** Os serviços poderão ser realizados em unidade móvel (castramóvel) ou em clínica veterinária fixa situada no Município de Santo Amaro da Imperatriz, desde que atendidas todas as exigências legais e normativas do Conselho Federal e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, garantindo condições adequadas de higiene, iluminação, ventilação, organização dos ambientes e fluxo entre áreas limpas e contaminadas.

**4.4.** A CONTRATADA deverá realizar os procedimentos de castração animal com observância



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

das normas técnicas aplicáveis, mediante atuação de profissional médico-veterinário regularmente habilitado, devendo assegurar estrutura adequada para avaliação pré-operatória, realização do procedimento cirúrgico, recuperação anestésica, orientação ao responsável pelo animal e acompanhamento pós-operatório.

**4.5.** Antes da realização da cirurgia, deverá ser efetuada triagem clínica obrigatória, incluindo anamnese detalhada, avaliação do estado geral de saúde, condição corporal, idade mínima, peso, parâmetros fisiológicos e identificação de possíveis contraindicações. A castração somente poderá ser realizada em animais clinicamente aptos e em jejum adequado à espécie e ao porte.

**4.6.** A CONTRATADA deverá garantir atendimento pós-operatório aos animais submetidos aos procedimentos, inclusive para avaliação de intercorrências eventualmente relacionadas à cirurgia, sem ônus adicional ao Município, durante o período de responsabilidade técnica definido neste Termo de Referência.

**4.7.** Para fins de adequada execução do objeto, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo improrrogável de até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da Ordem de Serviço ou antes do primeiro ciclo de atendimento, o que ocorrer primeiro, que dispõe de estrutura operacional apta no Município de Santo Amaro da Imperatriz, por meio de unidade móvel regularizada, estrutura própria, filial, clínica conveniada, parceria formal ou outro meio juridicamente idôneo. O descumprimento implicará descumprimento contratual grave, sujeitando a contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência, inclusive rescisão contratual.

**4.8.** A licitante não precisará possuir sede no Município ou no Estado de Santa Catarina para participar do certame, sendo vedada a restrição baseada exclusivamente no local de sua sede ou domicílio. Todavia, a futura CONTRATADA deverá demonstrar capacidade operacional para atender integralmente o objeto, inclusive quanto ao acompanhamento pós-operatório e atendimento de intercorrências.

**4.9.** A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de comunicação direto com a Administração e/ou responsáveis pelos animais para orientações pós-operatórias, agendamento de retornos, esclarecimento de dúvidas e atendimento de situações urgentes relacionadas aos procedimentos realizados.

**4.10.** Em caso de intercorrência pós-operatória relacionada ao procedimento realizado, a CONTRATADA deverá prestar atendimento presencial ao animal no Município de Santo Amaro da Imperatriz no prazo máximo de 12 (doze) horas, contado da comunicação formal ou informal realizada pela Administração ou pelo responsável indicado, devendo adotar todas as medidas técnicas necessárias para a preservação da saúde e do bem-estar do animal. Para cumprimento



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

dessa obrigação, a CONTRATADA deverá manter estrutura operacional no território municipal, por unidade móvel regularizada, estrutura própria, filial, clínica conveniada, parceria formal ou outro meio juridicamente idôneo, sem exigência de sede prévia como condição de participação no certame.

**4.11.** A CONTRATADA será responsável por todos os custos relacionados ao atendimento pós-operatório e às intercorrências decorrentes dos procedimentos realizados, incluindo avaliação, medicação, curativos, retornos, reintervenções necessárias e demais providências técnicas vinculadas ao objeto contratado, salvo situações comprovadamente alheias ao procedimento executado.

**4.12.** A comprovação da estrutura de atendimento poderá ocorrer mediante apresentação de documentos que demonstrem a disponibilidade do local e da equipe responsável, tais como contrato de parceria, declaração de clínica conveniada, documentos de regularidade perante o órgão profissional competente, indicação do responsável técnico, endereço da unidade de atendimento, horários de funcionamento e canais de contato.

**4.13.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente por quaisquer intercorrências ou complicações clínicas e cirúrgicas ocorridas nos períodos pré, trans e pós-operatório, desde que relacionadas aos procedimentos realizados, garantindo a assistência médico-veterinária necessária e o fornecimento de medicamentos corretivos, sem qualquer ônus adicional para o Município ou para o tutor do animal.

**4.14.** A técnica cirúrgica adotada deverá ser apropriada à espécie e ao sexo do animal, utilizando-se ovariossalpingo-histerectomia (OSH) minimamente invasiva nas fêmeas e orquiectomia nos machos.

**4.15.** A microchipagem será realizada preferencialmente no mesmo momento da castração, quando o animal ainda não possuir dispositivo de identificação. Animais previamente microchipados serão contabilizados apenas para fins de castração, não gerando nova cobrança pelo serviço de microchipagem.

**4.16.** Será obrigatória a disponibilização, por parte da empresa CONTRATADA, de pijama cirúrgico (roupinha cirúrgica) específico para os animais submetidos aos procedimentos, em tamanhos adequados e em quantidade suficiente, com a finalidade de garantir a proteção da ferida operatória, a higiene do local e a redução de riscos de contaminação no período pós-operatório. A utilização do pijama cirúrgico deverá ocorrer conforme orientação técnica da equipe responsável.

**4.17.** Os serviços contratados contemplam consulta e exames clínicos prévios necessários para a esterilização, bem como o fornecimento de todos os demais equipamentos e insumos necessários, incluindo orientação pré, trans e pós-cirúrgica.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

- 4.18.** O registro dos animais atendidos deverá ser realizado obrigatoriamente por meio da plataforma *SinPatinhas*, devendo a empresa inserir os dados completos dos animais, conforme orientações da CONTRATANTE.
- 4.19.** A empresa deverá preencher o registro individual do animal contendo dados básicos, avaliação clínica, identificação do responsável legal, termo de autorização cirúrgica e anestésica, bem como a identificação do procedimento realizado, em conformidade com a Resolução CFMV nº 1.321/2020 e demais normas aplicáveis.
- 4.20.** Os materiais utilizados deverão ser esterilizados individualmente para cada animal, sendo obrigatória a adoção de protocolos de assepsia, antisepsia, biossegurança e bem-estar animal.
- 4.21.** Durante o procedimento, cada animal deverá receber medicação injetável adequada à espécie, porte e faixa etária, incluindo anti-inflamatório, analgésico e antibiótico com eficácia mínima de 5 (cinco) dias, conforme protocolo do médico veterinário.
- 4.22.** A CONTRATADA deverá assegurar, como parte integrante do serviço, o retorno pós-operatório para avaliação clínica da cicatrização e, quando necessário, a retirada de pontos, em até 14 (quatorze) dias corridos após a cirurgia. Este atendimento será exclusivo para o acompanhamento do procedimento realizado e não gerará qualquer ônus adicional ao Município ou ao tutor do animal.
- 4.23.** Deverão ser fornecidas orientações pós-operatórias por escrito ao responsável, incluindo cuidados com alojamento, curativos, administração de medicamentos, sinais de alerta e telefone para contato em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, com atendimento realizado obrigatoriamente por médico-veterinário ou técnico capacitado, para triagem imediata de possíveis intercorrências pós-cirúrgicas e esclarecimento de dúvidas. Deverá, ainda, ser fornecida a roupa cirúrgica pós-operatória adequada ao porte e espécie do animal, visando à proteção da ferida cirúrgica e à prevenção de complicações.
- 4.24.** Animais considerados inaptos, faltosos ou desistentes deverão ser devidamente registrados em relatório com a respectiva justificativa.
- 4.25.** Em caso de óbito, deverá constar registro em relatório e, quando autorizado pelo proprietário, laudo de necropsia às expensas da empresa. Caso não haja autorização, deverá ser anexada recusa formal assinada pelo proprietário.
- 4.26.** A empresa deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e comprovar contrato com empresa especializada para a coleta e destinação adequada dos resíduos.
- 4.27.** No caso de utilização de unidade móvel, todos os resíduos deverão ser removidos do local de atendimento ao final de cada dia de execução, sob inteira responsabilidade da



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

CONTRATADA.

**4.28.** Os dias, horários e locais de execução serão previamente definidos pela CONTRATANTE, podendo os atendimentos ocorrer na clínica da empresa, quando situada no Município, ou em unidade móvel, conforme a necessidade da Administração.

**4.29.** Para garantir a máxima eficiência da política pública e possibilitar o acesso dos tutores que possuem restrições de horário durante os dias úteis, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente disponibilizar datas em seu cronograma para a realização dos serviços aos sábados, conforme a necessidade e o planejamento prévio da Secretaria Municipal de Saúde.

**4.30.** A Ordem de Serviço será enviada à CONTRATADA por meio eletrônico (e-mail), sendo responsabilidade da empresa manter seus dados de contato atualizados junto à Secretaria Municipal de Saúde, através dos endereços: [admsaudesai@gmail.com](mailto:admsaudesai@gmail.com) ou [admsaude@santoamaro.sc.gov.br](mailto:admsaude@santoamaro.sc.gov.br)

**4.31.** Os relatórios resumidos dos serviços realizados deverão ser enviados ao final de cada ciclo ou quando solicitado, para o endereço eletrônico: [admsaude@santoamaro.sc.gov.br](mailto:admsaude@santoamaro.sc.gov.br), contendo quantitativo de procedimentos, identificação básica dos animais, datas, locais e profissionais responsáveis.

**4.32.** Todos os materiais, insumos, medicamentos, equipamentos, deslocamentos, alimentação, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias à execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa.

**4.33.** O pagamento será efetuado com base nos serviços efetivamente realizados, conforme quantitativos apurados e previamente autorizados pela Administração.

**4.34.** A empresa estará apta à contratação após a homologação do resultado do certame, conforme a necessidade da Administração Municipal, responsabilizando-se integralmente pela qualidade técnica dos serviços prestados e pela correção de eventuais falhas, sem ônus adicional ao Município.

## **5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**5.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**5.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**5.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**5.6.** Ficam nomeados como Gestor do Contrato **Sra. Dgeisa Roberta Alves**, Secretária de Saúde e matrícula 12576 e Fiscal do Contrato e Suplente, respectivamente, **Sr. Davi Neuhaus da Silva**, Matrícula 11941, **Sra. Josiane de Rodrigues Rosa**, matrícula 12586.

**5.7.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, e seu suplente, quando for o caso.

**5.8.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**5.9.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**5.10.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**5.11.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**5.12.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**5.13.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**5.14.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**5.15.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**5.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**5.17.** Cabe ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**5.18.** O gestor do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**5.19.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções e enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**5.20.** Toda comunicação entre a Administração e a Contratada deverá ser formal, por escrito, preferencialmente pelo e-mail [admsaude@santoamaro.sc.gov.br](mailto:admsaude@santoamaro.sc.gov.br) sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**5.21.** Para a execução do objeto será formalizado contrato, cuja minuta acompanha o Edital de licitação, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo, o Edital e Proposta de Preços da empresa vencedora.

**5.22.** O prazo do contrato será de 12 (meses), podendo ser prorrogado por igual período até o limite legal, desde que haja interesse público e comprovação de vantagem econômica, conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**5.23.** Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data limite para a apresentação das propostas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**5.24.** O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado pela contratada sempre que ocorrer fato imprevisível, extraordinário ou alheio à sua vontade, que onere excessivamente a execução do contrato, conforme o art. 124 da Lei 14.133/2021. O pedido deverá ser formalizado, instruído com comprovação documental e será submetido à análise da área técnica e da assessoria jurídica.

**5.25.** Os preços contratados serão reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base fixada para apresentação da proposta, mediante aplicação do índice IPCA, independentemente de prorrogação contratual, observadas as condições previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

**5.26.** O reajuste previsto no item anterior será aplicado de forma prospectiva, incidindo exclusivamente sobre os valores relativos aos serviços executados a partir do início da vigência do termo aditivo de prorrogação.

**5.27.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.28.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**5.29.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**5.30.** Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**6.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

**6.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**6.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**6.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**6.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**6.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

- 6.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 6.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 6.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 6.1.9.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 6.1.10.** Não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 6.1.11.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 6.1.12.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 6.1.13.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.1.14.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
- 6.1.15.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 6.1.16.** Fraudar a licitação;
- 6.1.17.** Não executar o total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 6.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 6.2.1.** Advertência
  - 6.2.2.** Multa
  - 6.2.3.** Impedimento de licitar e contratar
  - 6.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 6.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 6.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;
  - 6.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 6.3.4.** Os danos que dela provierem para a administração pública
  - 6.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

licitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**6.5.** Para as infrações previstas nos itens **6.1.9, 6.1.10, 6.1.11, 6.1.12 e 6.1.13**, a multa será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato lícitado.

**6.6.** Para as infrações previstas nos itens **6.1.14 e 6.1.15**, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato lícitado.

**6.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**6.8.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**6.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.9, 6.1.10, 6.1.11, 6.1.12 e 6.1.13, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Santo Amaro da Imperatriz, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**6.10.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.

**6.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**6.12.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.

**6.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**6.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**6.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**6.16.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** A contratada deverá emitir as notas fiscais, correspondentes a prestação de serviços efetivamente realizados, as quais deverão ser entregues, juntamente com as planilhas de demonstrativo de quantidades;

**7.2.** O município fará as conferências dos documentos, e para isto terá o prazo de 03 (três) dias úteis para aceitá-la ou rejeitá-la, solicitando à contratada as correções pertinentes, sempre que se fizerem necessárias;

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços efetivamente prestados e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.4.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, hipótese em que o recebimento definitivo ficará suspenso até a regularização das pendências por parte da contratada ou decisão final da gestão do contrato, efetuando-se a liquidação e o pagamento exclusivamente sobre a parcela incontroversa dos serviços executados.

**7.6.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**7.8.** Todas as atividades necessárias para a execução completa dos serviços contratados,



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

incluindo atendimentos, procedimentos e demais ações correlatas ao objeto, correrão por conta do Contratado e constituem condição para o recebimento definitivo do objeto.

**7.9.** A avaliação da execução do objeto será realizada conforme a indicação de retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada.

**7.10.** Não ficará isenta de sanções cabíveis, caso seja constatado que não foram produzidos os resultados acordados ou que se deixou de executar as atividades ou execução com qualidade mínima exigida à contratada.

**7.11.** O Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.

**7.12.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.

**7.13.** Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**7.14.** As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão especificar no corpo da Nota fiscal, o número do respectivo empenho e os dados bancários da Contratada, além de relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR**

**8.1.** Os prestadores serão selecionados por meio de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**;

**8.2.** A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme cronograma e Ordem de Serviço emitidas pela Secretaria Demandante;

**8.3.** Deverá comprovar os seguintes requisitos de **Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista**:

**8.3.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

- 8.3.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.3.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.3.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.3.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.3.10.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, (CNPJ ou CPF).
- 8.3.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

- 8.3.12.** Prova de **regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- 8.3.13.** Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.14.** Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.3.15.** Prova de **regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.4.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.5.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.6.** Para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá comprovar os seguintes requisitos:
- 8.6.1.** **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.6.2.** **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.7.** Para fins de **Qualificação Técnica**, deverá comprovar os seguintes requisitos:
- 8.7.1.** Apresentação de **Alvará Sanitário**, emitido pelo órgão competente, em nome da empresa licitante ou da unidade móvel utilizada na execução dos serviços, conforme legislação sanitária vigente.
- 8.7.2.** Comprovação de registro ou inscrição regular da empresa licitante ou do estabelecimento médico-veterinário perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) competente, quando exigível, mediante apresentação de certificado de registro, certidão de regularidade ou documento equivalente válido, sem prejuízo da indicação do responsável técnico.
- 8.7.3.** **Comprovação da inscrição regular do profissional médico-veterinário responsável técnico no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), mediante apresentação de**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**carteira profissional, certidão de regularidade ou documento equivalente emitido pelo respectivo Conselho.**

**8.7.4.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços similares, especialmente procedimentos cirúrgicos veterinários de esterilização/castração. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar emitido(s) em nome da licitante, em papel timbrado do(s) respectivo(s) emitente(s), sem rasuras ou entrelinhas, contendo identificação e assinatura do responsável pela emissão.

**8.7.5.** O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter a identificação do signatário, claramente identificada a razão social e o CNPJ e endereço completo do licitante.

**8.7.6.** Ainda deverá(ão) conter as características do trabalho realizado (denominação, natureza, descrição e finalidade); local de execução dos serviços; período de realização (de DD/MM/AA a DD/MM/AA); metodologia e recursos utilizados; data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado;

**8.7.7.** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

**8.7.8.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.7.9.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.8.** **Declaração** formal firmada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, assegurando que a empresa **dispõe ou disponibilizará**, para o início da execução dos serviços, a **estrutura operacional** exigida para o atendimento no Município de Santo Amaro da Imperatriz, seja mediante a disponibilização da unidade móvel ("Castrabus") devidamente regularizada, seja por meio de instalação física própria, filial, clínica conveniada ou parceria formalizada dentro do território municipal.

**8.8.1.** Em observância ao princípio da ampla competitividade, a comprovação efetiva da instalação física ou o deslocamento da unidade móvel **não será exigida como condição de participação ou habilitação no certame**, constituindo-se em obrigação prévia ao início da execução contratual, nos termos do prazo estipulado no item 4.7 deste termo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**8.9.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.10.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.11.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.12.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.13.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** A estimativa do valor total da contratação é de R\$ 525.556,32 (quinhentos e vinte e cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos), conforme quadro orçamentário e pesquisa de preços anexados ao processo, observadas as diferenças de escopo em relação à contratação vigente, especialmente quanto à microchipagem, registro no SinPatinhas, medicamentos, pijama cirúrgico, atendimento pós-operatório, estrutura operacional no Município e relatórios individualizados.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** A dotação orçamentária a ser utilizada na eventual contratação será:

15 - 12.001.10.304.0004.2028 - 3.3.90.1.600.7000.108 (Recurso vinculado estimado no valor de R\$ 349.217,40)

15 - 12.001.10.304.0004.2028 – 3.3.90.1.500.1002.000 (Contrapartida municipal estimada no valor de R\$ 176.338,92, correspondente à diferença entre o valor estimado da contratação e o recurso federal indicado)

**10.2.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

específicos consignados no Orçamento para 2026 da Secretaria Demandante.

**11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**11.1.** Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

**11.2.** A contratada deverá observar as normas sanitárias e ambientais aplicáveis, especialmente quanto à segregação, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos gerados nos procedimentos, incluindo resíduos biológicos, perfurocortantes, químicos e medicamentosos.

**11.3.** Quando aplicável à estrutura utilizada para execução dos serviços, a contratada deverá manter plano de controle de animais sinantrópicos, bem como Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS.

**12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**12.1.** Fornecer **à(s) empresa(s) vencedora(s)**, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todos os esclarecimentos necessários para execução do objeto e demais informações que esta venha a solicitar.

**12.2.** Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato.

**12.3.** Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, após o cumprimento integral das obrigações e formalidades legais.

**12.4.** Anotar em registro próprio e notificar à Contratada por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

**12.5.** Informar **à(s) empresa(s) vencedora(s)** nome e telefone do gestor do contrato e seus respectivos fiscais mantendo tais dados atualizados.

**12.6.** Relacionar-se com a **à(s) empresa(s) vencedora(s)** exclusivamente com pessoa por ela credenciada.

**12.7.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

- 12.8.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 12.10.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.11.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.12.** O Município será responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, através de seu Médico Veterinário, e pela interlocução com a licitante vencedora;
- 12.13.** O Município realizará a fiscalização direta durante a execução dos serviços e poderá solicitar informações sobre seu andamento sempre que necessário, devendo a contratada prestar os esclarecimentos solicitados e comunicar à Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;
- 12.14.** Planejamento preliminar dos mutirões de castração, incluindo a definição indicativa de locais, público-alvo e critérios de priorização dos atendimentos, de modo a viabilizar o adequado alinhamento com a empresa contratada;
- 12.15.** Articulação interna entre as unidades administrativas envolvidas, para assegurar apoio logístico, divulgação e organização das ações;

**13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 13.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 13.2.** Assumir inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução do serviço contratado, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra, equipamentos e transportes necessários à execução dos serviços às suas expensas sem alteração do valor dos serviços;
- 13.3.** Realizar os serviços com as características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

- 13.4.** Executar integralmente o objeto contratado, em estrita conformidade com o Termo de Referência, contrato e determinações da fiscalização;
- 13.5.** Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por médico-veterinário legalmente habilitado e auxiliares capacitados, em número suficiente para a adequada execução dos serviços;
- 13.6.** Responsabilizar-se integralmente pelos procedimentos realizados, incluindo avaliação clínica, execução cirúrgica e acompanhamento pós-operatório imediato;
- 13.7.** Fornecer todos os materiais, insumos, equipamentos, instrumentos e estrutura necessários, garantindo que estejam em condições adequadas de uso, esterilização e segurança;
- 13.8.** Cumprir rigorosamente as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de bem-estar animal, bem como as boas práticas veterinárias reconhecidas;
- 13.9.** Manter condições adequadas de higiene, assepsia, organização e biossegurança nos ambientes utilizados para a execução dos serviços;
- 13.10.** Registrar de forma fidedigna todos os atendimentos realizados, mantendo arquivos e relatórios disponíveis para fiscalização, auditoria ou prestação de contas;
- 13.11.** Prestar orientações claras e completas aos tutores quanto aos cuidados pós-operatórios e possíveis intercorrências;
- 13.12.** Comunicar imediatamente à contratante qualquer ocorrência relevante, intercorrência clínica ou situação que possa comprometer a execução do objeto;
- 13.13.** Responsabilizar-se pelo correto gerenciamento e descarte dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente;
- 13.14.** Responder por danos, prejuízos ou responsabilidades administrativas, civis ou éticas decorrentes de falhas, negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços;
- 13.15.** Atender prontamente às solicitações da fiscalização, adotando as medidas corretivas determinadas, sem custos adicionais à Administração.
- 13.16.** Cumprir rigorosamente o Edital e os prazos estabelecidos, sujeitando-se à Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.17.** Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pelo Contratante.
- 13.18.** Comunicar à Prefeitura Municipal, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 13.19.** Manter a Prefeitura informada quanto a mudanças de endereço, telefones e e-mail de seu estabelecimento.
- 13.20.** Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido.
- 13.21.** Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições habilitatórias, em



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são imprescindíveis para a emissão de pagamentos de qualquer natureza.

**13.22.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.23.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

**13.24.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

**13.25.** Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**13.26.** Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: botas, luvas, máscaras e outros;

**13.27.** Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município, qualquer funcionário que, por solicitação da Fiscalização, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

**13.28.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**13.29.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**13.30.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**13.31.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

**13.32.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**13.33.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de referência, contrato e demais documentos que integram o processo.

**13.34.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.35.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**13.36.** Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

**13.37.** A contratada deverá atender integralmente às exigências sanitárias e normativas aplicáveis à atividade, incluindo aquelas estabelecidas pela Vigilância em Saúde do Município, observada a legislação vigente e os documentos técnicos constantes dos autos do processo.

**13.38.** A CONTRATADA deverá permitir, sempre que solicitado, a realização de vistorias pela Vigilância Sanitária em suas instalações, garantindo o acesso às dependências e às informações necessárias para a verificação do cumprimento das normas sanitárias vigentes.

#### **14. DOS CASOS OMISSOS**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Santo Amaro da Imperatriz, 25 de junho de 2026.

**Josiane de Rodrigues Rosa**  
Assistente Administrativo

**Dgeisa Roberta Alves**  
Secretária de Saúde